



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6976 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE SOB A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES

Ana Maria Mendes Sampaio - UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE SOB A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES

O atual contexto socioeducacional do país vem apontando o Desenvolvimento Profissional Docente (DPD) como elemento fundamental para o avanço da qualidade da educação básica. Porém, as proposições em torno dessa questão, que envolvem elementos de formação e valorização docente, pouco sentido possuem se não vierem guarnecidas de políticas públicas educacionais mais efetivas.

Atualmente, as políticas públicas de avaliação, influenciadas pelas leis da globalização, demarcam adesão a uma cultura avaliativa que tem atingido currículos, escolas, discentes e profissionais da educação. Percebe-se aqui que as concepções de avaliação sofrem influências de contextos históricos e sociais que reivindicam da sociedade posicionamentos e propostas capazes de nortear o trabalho, inclusive dos docentes. A despeito de ser um desafio “não só difícil, mas, também, de certa maneira, explosivo” (HADJI, 1995, p.27), a avaliação docente se revela como uma questão inexorável.

Envolto nesse contexto, as constantes pretensões por parte da sociedade, como, também, dos profissionais de educação, em obter qualidade nos processos educacionais têm pressionado as instituições de ensino para que repensem seus processos educativos. Segundo Fernandes (2009) e Freitas (2009), a melhoria dos processos educacionais está implicada nos currículos escolares, nas estruturas físicas das escolas e nos programas educativos. Muito pouco ou quase nada era considerado em relação ao contexto escolar e ao trabalho pedagógico. Logo, a Avaliação do Desempenho Docente (ADD) pode apresentar-se como instrumento sistematizador, capaz de trazer melhorias ao sistema educacional brasileiro, como, também, de culpabilização dos professores pelo *déficit* de aprendizagem dos alunos.

A preocupação com esse contexto justifica a realização do estudo em questão, sobretudo em um momento em que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) do país não demonstra interesse efetivo com a educação básica e superior e nem com os profissionais que nelas atuam, fato que pode vir a cooperar para que a ADD seja utilizada, apenas, com o propósito de responsabilização e prestação de contas dos docentes. Uma avaliação realizada apenas nos moldes de seleção, medição, classificação e responsabilização minimiza a participação dos professores, que temem serem alvo de penalização. Afinal, “a condição de

trabalho mais frágil para os professores é a noção de que o professor é o único responsável pelo quanto os estudantes aprendem” (TYSON, 1994, *apud* SALINAS, 2004, p. 120).

Além disso, o estudo retrata sua relevância de ordem científica quando se envolve com a política de ADD na produção acadêmica. Estudos direcionados a essa temática, a exemplo de Day (1999), Curado (2006) e Fernandes (2009), têm como preocupação investigativa: 1) as concepções de educação que subjazem esse tipo de avaliação; 2) a associação da ADD ao rendimento dos alunos e às situações do contexto escolar; 3) o processo de elaboração e implementação da ADD; 4) a necessidade de evolução de suas metas. Porém, não fomenta a discussão mais direta sobre a política de ADD dentro do processo de DPD, o que refletiria na participação mais efetiva dos professores como protagonistas dessa política.

Neste contexto, esse estudo tem como objetivo analisar os desafios e potencialidades do atual modelo de ADD proposto pelas redes de ensino municipal da Região dos Inconfidentes - MG, tendo em conta as percepções dos professores e avaliadores, frente ao desenvolvimento profissional docente.

A pesquisa, de natureza qualitativa, envolve a colaboração de professores que lecionam nas etapas da Educação infantil e Ensino Fundamental I, da Educação Básica, e avaliadores da ADD, todos atuantes em escolas da rede pública municipal de ensino, da Região dos Inconfidentes – MG. Destaca-se como instrumentos de coleta de dados: 1) a análise documental por meio de fontes internas, ou seja, documentos produzidos pelas secretarias municipais de educação, a exemplo dos planos de carreira dos profissionais de educação e dos planos municipais de educação; 2) entrevistas semiestruturadas aplicadas aos professores e avaliadores; 3) questionários de caracterização, aplicados aos professores e avaliadores.

Quanto às análises de documentos externos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/1996 (BRASIL, 1996), em seu Art. 67, direciona para o delineamento do perfil de um bom professor e controle de sua atuação nas redes de ensino, fato que tem inspirado diversas secretarias municipais e estaduais de educação a elaborarem planos de carreira do magistério que privilegiam a adoção da ADD. Entretanto, o avanço da implementação da ADD nos referidos planos tem gerado diversas ponderações entre os professores, sobretudo relacionadas ao processo de participação, elaboração e de como se dá o retorno institucionalizado das referidas avaliações, tendo em vista o alcance do seu desenvolvimento profissional.

Percebe-se, assim, que a desconfiança entre os professores com relação à ADD tem sido gerada por uma situação de “mudança legislada e não negociada” (DAY, 1999, p. 97) e, portanto, imposta. Ou seja, mudanças que têm ocorrido de fora para dentro das escolas, por vezes, totalmente descontextualizadas de suas diversas realidades.

Por fim, enfatiza-se a necessidade de ampliação das discussões, reflexões, estudos e pesquisas sobre a ADD, considerando-a como dispositivo de DPD, capaz de: 1) proporcionar a efetiva participação dos professores na elaboração e implementação de políticas públicas; 2) favorecer o processo formativo dos professores; 3) agregar valor às aprendizagens dos alunos; 4) alargar os processos colaborativos entre escola, profissionais da educação e secretarias de educação; 5) conceder maior credibilidade à profissão docente; 6) avançar o processo de (re)estruturação do contexto socioeducacional. Caso contrário, os professores estarão a questionar a intenção, validade e utilidade dessa importante política.

Palavras-chave: Avaliação de desempenho docente. Desenvolvimento profissional docente. Políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 de ago. de 2020.
- DAY, Christopher. Avaliação do desenvolvimento profissional dos professores. In ESTRELA, A. e NÓVOA, A. (Orgs.). *Avaliações em Educação: novas perspectivas*. Porto: Porto Editora, 1999, p. 95-108.
- CURADO, Ana Paula. Que fazer com a avaliação de professores que temos? *Revista de Psicologia, Educação e Cultura*, Porto, v. 10, n. 1, maio 2006, p. 23-34. Disponível em: <http://pec.ispgaya.pt/edicoes/2006/2006_vol_X_n1.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.
- FERNANDES, Domingos. Para uma avaliação de professores com sentido social e cultural. *Revista ELO – Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda*, Guimarães, n. 16, maio 2009, p. 19-24. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5545/1/Para%20uma%20avalia%c3%a7%c3%a3o%20>>. Acesso em: 13 de jul. de 2020.
- FREITAS, M. J. V. Avaliação de desempenho docente: o desenvolvimento de um processo integrado. *Revista ELO – Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda*, Guimarães, n. 16, maio 2009, p. 167-180. Disponível em: <<http://www.cffh.pt/userfiles/files/ELO%2016.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.
- HADJI, Charles. A avaliação dos professores: Linhas *directivas* para uma metodologia pertinente. In ESTRELA, A. & RODRIGUES, P. (Coords.). *Para uma fundamentação da avaliação em educação*. Lisboa: Edições Colibri, 1995, p. 27-36.
- SALINAS, D. *Prova amanhã! A avaliação entre a teoria e a realidade*. Tradução: Magda Schwartzhaup Chaves. Porto Alegre: Artmed, 2004, 132 p.